

Em viagem: Basílio e Gonçalo

Paulo Motta Oliveira

Universidade de São Paulo
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
pmotta@usp.br
<https://orcid.org/0000-0001-8351-467X>

O artigo pretende analisar o papel das viagens em alguns dos romances queirosianos. São, para isto, utilizadas duas abordagens complementares.

Inicialmente, partindo de vários deslocamentos presentes nestas obras, buscou-se mostrar como pode ser traçado um mapa preciso do fluxo monetário nelas presente, e, posteriormente, entender o significado que pode ser atribuído a este fluxo.

Em seguida, centrando a atenção em dois livros, *O primo Basílio* e *A ilustre casa de Ramires*, buscou-se verificar alguns aspectos peculiares que eles possuem seja na forma como localizam temporalmente os eventos neles presentes, seja na maneira como apresentam a focalização espacial que é possibilitada aos leitores.

Palavras-chave: Literatura e História, Romance oitocentista, Eça de Queirós

This article aims to analyze the role of travel in some of Queiroz's novels. Two complementary approaches are used to this end.

First, based on the various movements present in these works, the aim was to show how a precise map of the monetary flow present in them can be drawn up, and, subsequently, to understand the meaning that can be attributed to this flow.

Then, focusing attention on two books, *O primo Basílio* and *A ilustre casa de Ramires*, the aim was to verify some peculiar aspects that they have, both in the way they temporally locate the events present in them, and in the way they present the spatial focus that is made possible for readers.

Keywords: Literature and History, 19th-century novel, Eça de Queirós

A guisa de introdução: alguns viajantes oitocentistas

Da vida provinciana em Leiria, ao glamour de Paris, das místicas terras palestinas à misteriosa China, é largo e vário o mapa construído pela ficção eciana. Já em outro momento notei (Oliveira, 2001), na trilha das observações de Hobsbawm (2012), que o século XIX foi – em especial em sua segunda metade – o século da facilitação das viagens. A geração de Eça – que estava a estudar em Coimbra justamente nos anos sessenta, período em que a ferrovia finalmente atinge esse extremo ocidental da Europa¹ – foi a primeira que viveu o impacto da construção de um meio de transporte rápido, ligando Portugal às principais capitais europeias.

Podemos supor que esse impacto foi um dos motivos para a presença marcante das viagens nas obras de Eça. Das paradigmáticas jornadas de Raposo, Jacinto e Ramires – todas elas, em certo sentido, iniciáticas, pois alteram de forma radical as vidas desses personagens –, ao constante viajar de Fradique Mendes, estamos diante de várias manifestações de um deslocamento ficcional que atravessa múltiplos países e distintas culturas. O irônico autor não esqueceu mesmo de mostrar numa deliciosa carta desse último personagem a Mr. Bertrand B., engenheiro na Palestina, os efeitos maléficos da explosão de estradas de ferro, que homogeneizariam todo o mundo:

Por isso a tua obra maligna prosperará pela própria virtude da sua malignidade. E, dentro de poucos anos, o ocidental positivo que de manhã partir de Japo, no seu *wagon* de 1ª. classe, e comprar na estação de Gaza a *Gazeta Liberal do Sinai*, e jantar divertidamente em Ramleh no *Grande Hotel dos Macabeus* – irá, à noite, em Jerusalém, através da *Via Dolorosa* iluminada pela eletricidade, beber um *bock* e bater três carambolas no *Casino do Santo Sepulcro* (Queiroz, 1997a: 157).²

Se, porém, tentarmos mapear os deslocamentos dos personagens ecianos, poderemos notar que eles produzem um mapa bastante preciso, com zonas claramente demarcadas. Existe um grande círculo, o do vasto espaço em que se viaja, círculo que inclui quase todo o mundo de então, e de que as múltiplas viagens de Fradique, e os deslocamentos dos quase homônimos Teodorico e Teodoro são paradigmáticos exemplos. Trata-se do espaço dos *touristes* ecianos, que, ou com objetivos específicos, como os de tentar con-

1 Em 1856 o país possuía apenas 36 Km dessas estradas, em 1864 já existiam cerca de 720 Km. (Cf. Marques, 1986: 90).

2 Para diferenciar os dois primeiros volumes da *Obra completa* de Eça de Queiroz, indicamos o ano de sua publicação, 1997, quando se trata do primeiro volume, e 1997a, como neste caso, quando se trata do segundo.

quitar uma herança ou se livrar de um incômodo fantasma, ou com o simples desejo de conhecer o mundo, vagabundeiam por um globo já domado.

No interior desse primeiro círculo, existe um outro, mais delimitado, dos espaços em que os personagens efetivamente residem. Se excetuarmos algumas trajetórias, como a do jovem Afonso da Maia que vive primeiro na Inglaterra e depois na Itália o seu exílio liberal, esse círculo está composto basicamente por quatro espaços: Portugal, França, Brasil e África. O primeiro, seja em suas cidades, seja em suas serras, é o espaço em que habita a maior parte dos personagens ecianos. Os movimentos que, desse centro, levam alguns deles para as demais regiões, são bastante distintos. Todos os que vão para a França, e em especial os que habitam Paris, – do primeiro Jacinto ao último Carlos, passando pelo inconstante Zé Fernandes, pelo cosmopolita Fradique, e chegando mesmo à metamórfica Maria Eduarda prestes a se transformar em Madame de Trelain – vão lá gastar a fortuna que provém principalmente de Portugal. Em um movimento inverso, e quase simétrico, o Brasil de Basílio e a África de Gonçalo são espaços em que se vai buscar a fortuna perdida. Cria-se assim, no interior da ficção eciana, um interessante fluxo monetário: Paris é o centro, que suga o que é produzido em Portugal, e também aquilo que é gerado em diferentes partes do *novo mundo*.

Antes de continuarmos, são necessárias algumas reflexões, um breve interlúdio teórico, para usarmos um termo recorrente no livro que inspira os ensaios cartográficos aqui desenvolvidos: o *Atlas do romance europeu 1800-1900* de Franco Moretti.

É evidente a proximidade entre essa cartografia eciana e a análise que Boaventura de Sousa Santos fez da especificidade da situação portuguesa:

As sociedades de desenvolvimento intermédio exercem uma função de intermediação no sistema mundial [...]. No caso de Portugal a função de intermediação assentou durante cinco séculos no império colonial. Portugal era o centro em relação às suas colônias e a periferia em relação à Inglaterra. Em sentido menos técnico pode dizer-se que [...] foi um país simultaneamente colonizador e colonizado. (Santos, 1997: 58)

O Portugal de Eça também ocupa uma *função de intermediação no sistema mundial*, situado, como está, entre os espaços coloniais e a Europa. Mas o fluxo do dinheiro não termina na industrializada Inglaterra, como seria de se esperar, e sim nessa metrópole cultural que é Paris. Talvez isso indique que o mapa eciano representa não as efetivas trocas econômicas do período, mas sim outro tipo de relações, as culturais. É o Portugal simbólico que se veste dos trapos vindos de França que Eça parece querer representar. Como reclama numa hilária carta a Oliveira Martins:

Estou aborrecido com a persistência desse incomodo e indignado por ter descoberto que a sua causa está nestas comidas do Hotel *feitas à francesa*. Sempre a França, e a reles tradução que dela fazemos! [...] Quando voltará este desventuroso país à sua tradição que é o Sr. D. João VI, o padre, o arrieiro, o belo caldo de galinha, e o rico assado de espeto, e o patriótico arroz de forno! Querem ser liberais, filósofos, franceses, polidos ligeiros... Consequência: o país como tu sabes, e eu com soltura há oito dias. Irra! (Queiroz, 2000a:238).³

Do outro lado desse mapa estão os espaços que haviam sido ou ainda eram possessões portuguesas: o Brasil e a África. Em relação a eles um trecho do referido livro de Moretti, sobre a representação de uma outra aventura imperial, pode ser útil. Partindo da análise de um romance de Jane Austen, e dele ampliando a sua perspectiva para treze romances sentimentais britânicos do mesmo período, o crítico nota que neles as colônias ocupam um papel central: “Nos romances sentimentais da virada do século, as colônias são uma presença verdadeiramente ubíqua: são mencionadas em dois romances em cada três, e as fortunas feitas no exterior chegam a um terço, senão mais, da riqueza nesses textos” (Moretti, 2003: 37). Mas essa presença tem certas características peculiares:

O modo como as fortunas coloniais são apresentadas – alguns comentários apressados e ponto final – é em si mesmo um bom indício do real estado de coisas; quanto às próprias colônias, *nenhum dos treze romances [...] as representa diretamente*; no melhor dos casos, temos uma história retrospectiva (e duvidosa) como a de Rochester, em *Jane Eyre*. Essa é a geografia mítica – *pecúnia ex machina* – que não é realmente produzida (nunca se diz nada sobre o trabalho nas colônias), mas magicamente “encontrada” no exterior sempre que o romance precisa (Moretti, 2003: 37-39)

Lendo este trecho, certamente nos lembramos do Brasil de Basílio ou da África de Gonçalves, que podem ser classificados como dois espaços em que a fortuna é *encontrada*, sobre os quais apenas temos histórias retrospectivas, duvidosas e sumárias.⁴

De Basílio só sabemos que “A sua fortuna tinha sido feita com negócio de borracha, no alto Paraguai” (Queiroz, 1997: 632), ou seja, no que hoje é a região Centro-Oeste do Brasil. A única outra referência a esse período bra-

3 Para diferenciar os dois últimos volumes da *Obra completa* de Eça de Queiroz, indicamos o ano de sua publicação, 2000, quando se trata do terceiro volume, e 2000a, como neste caso, quando se trata do quarto.

4 Uma outra fortuna, que de forma ainda mais pertinente, poderíamos considerar como *magicamente encontrada* é a de Teodoro, em *O Mandarim*, que a adquire tocando uma campainha em Lisboa e, desta forma, assassinando o mandarim Ti-Chin-Fu e herdando a sua fortuna. Dada as especificidades deste livro, optamos por não abordá-lo neste texto.

sileiro do personagem aparece numa reflexão de Sebastião, quando soube que, na ausência de Jorge, Basílio havia começado a visitar e a sair com Luísa:

Sebastião não conhecia Basílio pessoalmente, mas sabia a crônica da sua mocidade. Não havia nela certamente, nem escândalo excepcional, nem romance pungente. Basílio tinha sido apenas um pândego e, como tal, passara metodicamente por todos os episódios clássicos da estroinice lisboeta [...] Mas isto bastava para que Sebastião o achasse um *debochado*, um *perdido*; ouvira que ele tinha ido para o Brasil para fugir aos credores; que enriquecera por acaso, numa especulação, no Paraguai; que mesmo na Bahia, com a corda na garganta, nunca fora um trabalhador; e supunha que a posse da fortuna para ele, seria apenas um desenvolvimento dos vícios. E este homem agora vinha ver a Luisinha todos os dias, estava horas e horas, seguia-a ao Passeio... (Queiroz, 1997:529)

Já de Gonçalo temos um pouco mais de informações, mas também vagas, através da “carta da prima Maria Mendonça” (Queiroz, 1997a: 463):

[Gonçalo] Traz notas para um livro e parece que o prazo prospera. Nestes poucos anos plantou dois mil coqueiros. Tem também muito cacau, muita borracha. Galinhas são aos milhares. [...] No prazo já se construiu uma grande casa, próximo do rio, com vinte janelas e pintada de azul. E o primo Gonçalo declara que já não vende o prazo nem por oitenta contos. Para felicidade completa até achou um excelente Administrador (Queiroz, 1997a: 465)

Moretti irá considerar que essa forma de retratar o enriquecimento desvincula a riqueza da elite da multidão de pobres trabalhadores então existentes na Inglaterra, e conclui que é a ideologia, e não a história econômica, que explica essa configuração: “Uma ideologia que projeta, literalmente, uma realidade desconfortável para longe da Grã-Bretanha” (Moretti, 2003: 39).

Não me parece ser este o objetivo dos romances de Eça pois, como indicamos, no mapa econômico neles construído, o centro é Paris. O motivo, como aponte, parece ser cultural. Para além da carta enviada a Oliveira Martins anteriormente citada, esta perspectiva pode ser reforçada, entre outros, num artigo póstumo, “O Francesismo”.

O texto assim começa:

Há já longos anos que eu lancei esta fórmula: – *Portugal é um país traduzido do francês em vernáculo*. A secura, a impaciência, com que ela foi acolhida, provou-me irrecusavelmente que a minha fórmula era subtil, exata, e se colava à realidade como uma pelica. E para lhe manter a superioridade preciosa da exatidão, fui bem depressa forçado a alterá-la, de acordo com a observação e a experiência. E de novo a lancei assim aperfeiçoada: – *Portugal é um país traduzido do francês em calão*. E desta vez a minha fórmula foi acolhida com simpatia, com reboliço, e rolou de mão em mão como uma moeda de ouro bem cunhada e rutilante, que é agradável mostrar, fazer tinir sobre o mármore dos botequins (Queiroz, 2000: 2107).

Após descrever a forma como a sua geração se *afrancesou*, o articulista apresenta o seguinte raciocínio:

Mas para que hei-de continuar? Não quero escrever uma página de memórias. Apenas mostrar, tipicamente, como eu, e toda a minha geração (exceptuando espíritos superiores, como Antero de Quental ou Oliveira Martins) nos tínhamos tornado fatalmente franceses no meio de uma sociedade que se afrancesava e que, por toda a parte, desde as criações do Estado até ao gosto dos indivíduos, rompera com a tradição nacional, despiando-se de todo o traje português, para se cobrir – pensando, legislando, escrevendo, ensinando, vivendo, cozinhando – de trapos vindos da França!

Esta geração cresceu, entrou na política, nos negócios, nas letras, e por toda a parte levou o seu francesismo de educação, espalhou-o nos livros, nas leis, nas indústrias, nos costumes, e tornou este velho Portugal de D. João VI uma cópia da França, malfeita e grosseira. De sorte que, quando eu, lentamente, fui emergindo dos farrapos franceses em que essa educação me embrulhara, e tive consciência do postiço estrangeiro da nossa civilização, eu pude dizer que *Portugal era um país traduzido do francês* – no princípio em vernáculo, agora em calão (Queiroz, 2000: 2113).

No trecho seguinte, a que voltaremos no final deste artigo, é indicado que mesmo que isto ocorra apenas com “uma pequena minoria, feita de alguns políticos, alguns literatos, alguns banqueiros e alguns mundanos” (Queiroz, 2000:2113), é esta minoria que de fato constitui o país.

Como podemos notar, o mapa que pode ser elaborado a partir da ficção eciana só confirma os aspectos apontados neste texto. É a classe dominante *afrancesada* que pode viajar ou mesmo habitar Paris, e para lá levar o dinheiro gerado seja em Portugal, seja em suas colônias, passadas ou presentes.

Mas voltemos aos dois livros em que aparecem fortunas *magicamente* encontradas, *O primo Basílio* e *A ilustre casa de Ramires*. Poderemos verificar que eles possuem algumas semelhanças estruturais que nos possibilitarão vislumbrar outros aspectos do papel da viagem na obra eciana.

Em busca de um tempo escondido

Há escritores que se preocupam de datar de forma precisa os enredos que narram. Em pelo menos uma obra – um romance em que a viagem também possui um papel central – Eça teve esta preocupação de forma detalhada, *A cidade e as serras*. Passemos por ele, antes de chegarmos aos dois livros que aqui nos interessam.

O avô do protagonista, Jacinto *Galião*, resolveu se exilar em Paris “quando soube que o Sr. D. Miguel, com dois velhos baús amarrados sobre um macho, tomara o caminho de Sines e do final desterro” (Queiroz, 1997a: 479). Ou seja, foi provavelmente em junho de 1834 que partiu para Paris.

Em seguida saberemos, de forma aproximada, quando morreu o seu filho, e quando Jacinto nasceu:

No Outono de 1851 [...] o Catinho cuspiu sangue. [...]

Como uma sombra, casou; deu mais algumas voltas ao torno; cuspiu um resto de sangue; e passou, como uma sombra.

Três meses e três dias depois do seu enterro o meu Jacinto nasceu. (Queiroz, 1997a: 479)

Foi em 1875 que Jacinto formulou a ideia de que “o homem só é superiormente feliz quando é superiormente civilizado” (Queiroz, 1997a: 480). Cinco anos depois, em fevereiro de 1880, Zé Fernandes recebe uma carta de seu tio em que ele “depois de lamentações sobre os seus setenta anos [...] me ordenava que recolhesse à nossa casa de Guiães, no Douro!” (Queiroz, 1997a: 485), e para lá retorna. Precisos sete anos depois, “de novo Fevereiro” (Queiroz, 1997a: 486), ele volta a Paris. É indicado que a viagem de Jacinto e de Zé Fernandes para Tormes ocorrerá 27 meses depois (Cf. Queiroz, 1997a: 551), ou seja, em maio de 1882. Será novamente no inverno, cinco anos depois (Cf. Queiroz, 1997a: 626), que Zé Fernandes retornará a Paris.

Esta forma detida de indicar os anos e mesmo, em alguns casos, os meses em ocorreram os principais acontecimentos do enredo estará ausente nos dois romances que pretendemos aqui abordar. Em ambos, será necessário buscar indicações pontuais que permitirão situar temporalmente os incidentes narrados.

Em *O primo Basílio* não faltam referências temporais, mas elas aparecem disseminadas ao longo da narrativa, e cabe ao leitor as ir articulando. Por uma fala de Julião sabemos que, no início da narrativa, Luísa tem vinte e cinco anos, e está casada com Jorge há quatro (Cf. Queiroz, 1997: 545). Há sete anos que não via Basílio (Cf. Queiroz, 1997: 496). O namoro entre eles havia ocorrido quando ela tinha 18 anos (Cf. Queiroz, 1997: 461) e ele 27 (Cf. Queiroz, 1997: 495). Apesar destas indicações, não há, neste romance, como indicamos, marcos temporais mais precisos. O único ano citado, mesmo assim de forma vaga, é numa referência ao retrato do pai de Jorge, pendurado na sala da casa, em que é afirmado que ele “estava vestido à moda de 1830” (Queiroz, 1997: 456).

É durante uma reunião na casa de Luísa, pouco antes de Jorge voltar, em que estavam presentes Julião, Acácio e D. Felicidade, que encontraremos um evento histórico citado, que julgo ser o único referido do livro:

Foi um grande erro abolir a escravatura!... [afirma Julião]

E o princípio da liberdade? – acudiu logo o Conselheiro. – E o princípio da liberdade? Que os pretos eram grandes cozinheiros, concordo... Mas a liberdade é um bem maior.

– Alargou-se então em considerações: fulminou os horrores do tráfico, lançou suspeitas sobre a filantropia dos ingleses, foi severo com os plantadores da Nova Orleans, contou o caso da *Charles et Georges* (Queiroz, 1997: 660)

O incidente com o navio francês *Charles et George*, citado pelo conselheiro, ocorreu entre dezembro de 1857 e outubro de 1859. Trata-se de um navio que fazia tráfico de escravos entre Moçambique e a Ilha de Reunião, que foi apreendido pelos portugueses nas águas moçambicanas e que chegou a Lisboa em agosto de 1858, tendo a França, dois meses depois, exigido a liberação e o pagamento de uma indenização (Cf. Gonçalves, 2019). Como foi referido pelo Conselheiro Acácio, podemos supor que tratava-se de um acontecimento recente, e que, assim, a trama do livro deve ocorrer nos fins dos anos 50 do século XIX.

Numa situação semelhante, no segundo livro que aqui nos interessa, *A ilustre casa de Ramires*, de novo numa reunião entre amigos, neste caso um jantar na casa de José Barrolo, em que estavam presentes, entre outros, Gonçalo e André Cavaleiro, surge um breve comentário que nos permitirá ter uma ideia do período em que se desenvolve o enredo:

Mendonça não receava a República, gracejava:

– Ainda vem longe, muito longe... Ainda nos dá tempo de comermos estes belos ovos queimados.

– Deliciosos – murmurou o Cavaleiro.

– Sim – concordou Gonçalo – ainda temos tempo para os ovos... Mas que rebente uma revolução em Espanha, ou que morra o Reizinho na sua menoridade, que naturalmente morre...

– Credo! Coitadinho! Pobre mãe! – murmurou Gracinha sensibilizada.

Imediatamente o Cavaleiro a tranquilizou, porque morrer o Reizinho de Espanha? Os republicanos espalhavam boatos sombrios sobre os males da excelente criança. Mas ele conhecia a realidade – assegurava à Sra. D. Graça que, felizmente para a Espanha, ainda reinaria um Afonso XIII e mesmo um Afonso XIV. (Queiroz, 1997a: 358)

Afonso XIII foi proclamado rei a partir de seu nascimento, em 17 de maio de 1886, pois seu pai já havia falecido quando isto ocorreu. A regência de sua mãe, Maria Cristina da Áustria, durou até maio de 1902. Podemos

assim, com alguma segurança, pensar que o enredo deve ocorrer nos anos 90 do século XIX. Desta forma podemos ter certeza que Gonçalo foi para a África quando não mais existiam escravos nas colônias portuguesas, já que a abolição da escravatura havia ocorrido por um decreto de 25 de fevereiro de 1869, e que a mão de obra de sua plantação deveria ser composta por homens livres.

Não consegui levantar uma hipótese para a utilização deste mesmo procedimento nestes dois livros. Penso que apenas um estudo sobre os demais romances de Eça, e o confronto com as três obras que nesta parte indicamos, poderia melhor averiguar se a indicação explícita dos anos em que ocorrem os eventos narrados é um procedimento habitual em suas narrativas, como ocorre em *A cidade e as serras*, ou se isto não acontece, como nas outras duas obras, proposta que extrapola os objetivos que aqui temos. Penso, porém, que é curioso que este procedimento de breves indicações sumárias ocorra em duas obras que, como em seguida veremos, possuem certas características estruturais que muito as aproximam. Para dela tratarmos, mudaremos um pouco de temática, voltando a abordar a questão das viagens e do espaço.

Confinados

Em texto que publiquei anteriormente, apontei que em *O primo Basílio*, “Eça incorpora a relação Eugênia-Charles, e a transmuta na relação Luísa-Basílio” (Oliveira, 2019: 365), hipótese que pode ser corroborada pelas semelhanças dos dois *namoros*, e que é reforçada quando, após ficar sabendo da relação pregressa entre Luísa e Basílio, Julião afirma: “– Mas isso é o enredo da *Eugênia Grandet*, Sebastião! Estás-me a contar o romance de Balzac! Isso é a *Eugênia Grandet*!” (Queiroz, 1997: 543).

Utilizei, então, estas semelhanças para mostrar que as proximidades entre Charles e Basílio poderiam levar o leitor a concluir que a notícia de jornal que afirmara que este último “reconstituíra a sua fortuna com um honrado trabalho” (Queiroz, 1997: 457), provavelmente era falsa, já que o seu equivalente no livro de Balzac, Charles, enriquecera graças a trabalhos não exatamente honrados, como a pirataria e o tráfico de pessoas (Cf. Balzac, 1921: 289-290).

Se volto a este texto, num momento em que pretendo falar de dois viajantes em romances ecianos, é porque penso que a relação entre *Eugênia Grandet* e *O primo Basílio* é mais profunda e pode nos permitir vislumbrar certas facetas deste livro que, como indiquei, o aproximam de *A ilustre casa de Ramires*.

Eugênia Grandet é estruturado de tal forma que nós leitores estamos praticamente ilhados em Saumur. É lá que conhecemos o pai Grandet, sua mulher e sua filha, a protagonista do romance. É lá que conheceremos Charles, que chega de Paris, e após o curto período que fica na casa de seu tio, partirá para tentar reconstruir a sua fortuna, e por sete anos nós, leitores, continuaremos confinados na província francesa, juntos a Eugênia. Será só no momento que Eugênia pergunta a Nanon por que Charles não lhe havia escrito uma só vez em sete anos (Cf. Balzac, 1921: 289), que o narrador nos levará a conhecer, num rápido sumário, o que havia com ele ocorrido, e com Charles iremos, pela primeira vez no romance, a Paris. Mas será uma rápida visita. Com a carta que ele envia para Eugênia voltaremos para Saumur. Enquanto leitores, o nosso retorno a Paris ocorrerá com o sr. de Bonfons, futuro marido da protagonista. Rápida viagem, o tempo necessário para que ele, com o dinheiro de Eugênia, pague as dívidas do pai de Charles, entregue a quitação a este, junto com uma carta de Eugênia e o estojo de seu antigo namorado que ela havia guardado. Voltaremos de novo a Saumur, e de lá não mais sairemos.

Penso que ao praticamente espelhar a relação Basílio e Luísa na de Charles e Eugênia, Eça pretendeu fazer mais do que levar o leitor a duvidar do já referido anúncio do *Diário e Notícias*. A estrutura narrativa de *O primo Basílio* incorpora e aprofunda a que estava presente em *Eugênia Grandet*. Se aos leitores deste livro foi permitido uma rápida viagem pelo mundo, com o sumário dos sete anos em que Charles adquiriu a sua nova fortuna, e ainda duas rápidas visitas a Paris, nós, leitores queirosianos, seremos encarcerados em Lisboa durante toda a narrativa, sem possibilidade de escapes. Somos como Luísa, que até chegou a pensar a fugir com Basílio para Paris, aprisionados nesta cidade. Nada sabemos do que fora dela ocorre, à exceção do namoro de Luísa e Basílio em Sintra, que é lembrado muito tempo depois de haver ocorrido.

Silviano Santiago, em “Eça, autor de *Madame Bovary*”, afirmou:

[...] onde mais se faz sentir a invisibilidade de *O primo Basílio* é no desaparecimento quase que total do conceito de que poderia e deveria ser a cidade de Lisboa, capital de Portugal e centro cultural distinto dos outros centros culturais europeus. É ainda na necessidade que teve Eça de igualá-la a qualquer cidadezinha da província francesa, Tostes ou Yonville.

[...] Ambos os romancistas estabelecem o ponto de referência cosmopolita e ideal para as suas heroínas em Paris, lugar geométrico para onde convergem tanto as esperanças da provinciana Emma, quanto da lisboeta provinciana que é Luísa (Santiago, 2000: 54).

Creio que, pelo raciocínio que aqui tecemos, não é só com Toste e Yonville que Lisboa é equiparada, mas também com Saumur. E que de forma mais radical que Balzac e Flaubert, o narrador do livro encerra os seus leito-

res na provinciana e sufocante Lisboa, esta cidade, para utilizarmos os termos do Visconde Reinaldo, “com um calor, de um país de negros” (Queiroz, 1997: 632), em que, como diz Basílio, se fica “a torrar” (Queiroz, 1997: 632).

Um processo semelhante, mas com algumas diferenças importantes, também caracteriza a estrutura narrativa de *A ilustre casa de Ramires*.

No romance, como sabemos, temos um personagem que quer sair da aldeia de Santa Ireneia, o que não consegue pois não tem dinheiro suficiente para se manter em Lisboa. É por isso que está escrevendo um livro, é por isso que se reaproxima de André Cavaleiro com o objetivo de ser eleito deputado por Vila-Clara e poder, assim, escapar da província. Nós, leitores, o acompanhamos até o momento de sua eleição. Ele finalmente parte para Lisboa:

No meado de janeiro, por uma agreste noite de chuva, Gonçalo partiu para Lisboa; e através do inverno, em Lisboa, andou sempre nos *Carnet-Mondain* e *High-Life* dos jornais, nas notícias de jantares, do *raouts*, de tiros aos pombos, de Caçadas de El-Rei, tão notado nos movimentos mais simples da sua elegância, que os Barrolos assinaram o *Diário Ilustrado* para saber quando ele passeava na avenida. Em Vila-Clara, na Assembleia, o João Gouveia já encolhia os ombros, rosnando: – “Desandou em janota!” (Queiroz, 1997a: 459)

Neste momento do livro ocorre um fenômeno curioso: Gonçalo vai para Lisboa, mas os leitores continuam em Vila-Clara. A trajetória de Gonçalo é seguida pelos demais personagens, e consequentemente pelos leitores, através dos jornais. Será também pelos jornais que teremos outras novidades:

Mas nos fins de abril uma notícia de repente alvoroçou Vila-Clara, espantou na quieta Oliveira os rapazes do *Club* e da Arcada, perturbou tão inesperadamente Gracinha, então em Amarante com o Barrolo, que nessa noite ambos abalaram para Lisboa – e na Torre atirou a Rosa para um banco de pedra da cozinha, lavada em lágrimas, sem compreender, gemendo:

– Ai o meu rico menino, o meu rico menino, que o não torno mais a ver!
Gonçalo Mendes Ramires, silenciosamente, quase misteriosamente, arranjara a concessão de um vasto prazo de Macheque, na Zambézia, hipotecara a sua quinta histórica de Treixedo, e embarcava em começos de junho no pacote *Portugal*, com o Bento, para a África. (Queiroz, 1997a: 459)

De África e de Gonçalo só termos notícias quatro anos depois, pela já referida carta da “prima Maria Mendonça” (Queiroz, 1997a: 463).

Nós não acompanhamos nem Gonçalo, nem os personagens, quando eles saem de Vila-Clara, como havia ocorrido em *O primo Basílio*, em que não fomos para Paris com Basílio, e nem mesmo “para Beja, para Évora, mais para o sul até São Domingos” (Queiroz, 1997: 455) com Jorge. Nos dois casos

estamos confinados. Mas há, na *Ilustre casa de Ramires*, uma diferença: se no outro livro estávamos de certa forma amarrados a Luísa, que não consegue sair de Lisboa, aqui o narrador faz o protagonista partir, mas não os leitores. Nos dois casos, nós, leitores, somos transformados em uma nova Eugênia Grandet, que nunca saiu de Saumur.

Qual o objetivo deste procedimento?

Antonio Candido, em seu ensaio “Eça de Queirós entre o campo e a cidade” considera que “Observada em seu conjunto, mesmo de maneira superficial, a obra de Eça de Queirós se apresenta em grande parte como o diálogo entre o campo e a cidade” (Candido, 1971: 31), diálogo em que o primeiro, o campo, significa “tradicionalismo, economia agrária, sentido paternal nas relações entre as classes” (Candido, 1971: 31) e a segunda, a cidade, “vida moderna, intercâmbios sociais intensos, participação na civilização capitalista do ocidente” (Candido, 1971: 31). Como vimos não é bem assim, pois a Lisboa de *O primo Basílio* não possui as características apontadas por Candido para as cidades. Mas, partindo de seu raciocínio, parece que os narradores destes dois livros nos impedem, seus leitores, de participar *da civilização capitalista do ocidente*.

Por que isto ocorreria? Não consigo ter uma ideia clara. Não acho que os narradores pretendam que tenhamos as características negativas com que os homens do campo são descritos em “O Francesismo”, por mais que pudéssemos ser tentados a aceitar esta hipótese.

Um país, no fundo, é sempre uma coisa muito pequena: compõe-se de um grupo de homens de letras, homens de estado, homens de negócio, e homens de clube, que vivem de frequentar o centro da capital. O resto é paisagem, que mal se distingue da configuração das vilas ou dos vales. É a gente sonolenta da província, que apenas se diferencia das pequenas vielas, tortuosas e sujas, onde vegeta; são os homens do campo, que mal se destacam das terras trigueiras que semeiam e regam. A sua única função social é trabalhar, pagar.

A outra hipótese possível, que também não acho consistente, é a de que os narradores gostariam que seus leitores nem se cobrissem com os trapos vindos de França, nem aproveitassem do dinheiro proveniente da exploração colonial.

Não tenho, assim, uma proposta para explicar este procedimento. Mas penso que ele nos mostra dois romances que, diferentemente do que havia considerado no início deste artigo, descrevem espaços confinados em que, nós, leitores, estamos enclausurados. Neles não estamos, como Basílio e Gonçalo, em viagem.

Referências

- BALZAC, Honoré (1921). *Eugénie Grandet*. Paris: Gedalge.
- CANDIDO, Antonio (1971). *Tese e antítese*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- GONÇALVES, Paulo Cesar (2019). “Na vaga do trabalho escravo: o tráfico de trabalhadores engajados de Moçambique para a Ilha Reunião no pós-abolição da escravidão colonial francesa”. *Topoi* 20.42: 578-603,
- HOBSBAWM, Eric (2012) *A era das revoluções (1789-1848)*. trad António Cartaxo. Barcelona: Presença.
- MARQUES, Oliveira (1986). *História de Portugal* volume 3. Lisboa: Palas Editores.
- MORETTI, Franco. (2003). *Atlas do romance europeu 1800-1900*. trad. Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo.
- OLIVEIRA, Paulo Motta (2019). “Dois primos: Basílio e Charles Grandet”. Eds. SANTOS, Giuliano Lellis Ito et al. *Novas leituras queirosianas: O primo Basílio e outras produções*. Porto Alegre: Editora Fi. 363-373.
- ____ (2001). “Eça: Fradique, Ramires e outros viajantes de papel”. *Ipotesi*. 5.2: 155 - 164.
- QUEIROZ, Eça de. (1997). *Obra completa* volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- ____ (1997). *Obra completa* volume 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- ____ (2000). *Obra completa* volume 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- ____ (2000). *Obra completa* volume 4. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- SANTIAGO, Silviano (2000). *Uma literatura nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1997). *Pela mão de Alice*. Porto: Afrontamento.

